

Um olhar sobre as homenagens às famílias Maciel e Borges e seus correligionários políticos nas denominações das escolas estaduais de Patos de Minas (MG) e alhures

A look at the tributes to the Maciel and Borges families and their political supporters in the names of state schools in Patos de Minas (MG) and elsewhere

WALLISSON OLIVEIRA

Discente do curso de História (UNIPAM)
E-mail: wallissonoliveira@unipam.edu.br

ALTAMIR FERNANDES DE SOUSA

Professor orientador (UNIPAM)
E-mail: altamirinho@unipam.edu.br

Resumo: A intenção deste trabalho é trazer ao debate a importância do estudo das instituições escolares dentro de uma dada sociedade – como a sociedade reflete às instituições escolares e como essas instituições refletem a sociedade. Para isso, é feito um estudo das famílias Maciel e Borges e seus conflitos político-ideológicos e religiosos na disputa pela dominância política da cidade de Patos de Minas (MG). Dado o esclarecimento necessário sobre as famílias, são abordadas as denominações das escolas estaduais de Patos de Minas e alhures que homenageiam indivíduos dessas famílias tradicionais e seus correligionários políticos.

Palavras-chave: Escolas estaduais. Patos de Minas. Família Maciel. Família Borges.

Abstract: The intention of this work is to bring to the debate the importance of studying school institutions within a given society - how society reflects on school institutions and how these institutions reflect society. To this end, a study is made of the Maciel and Borges families and their political-ideological and religious conflicts in the struggle for political dominance of the city of Patos de Minas (MG). Given the necessary clarification about the families, the denominations of the state schools of Patos de Minas and elsewhere that honor individuals from these traditional families and their political allies are addressed.

Keywords: State Schools. Patos de Minas. Maciel family. Borges family.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este texto traz um estudo sobre as homenagens às famílias Maciel e Borges e seus correligionários políticos na cidade de Patos de Minas (MG) e alhures, no que diz respeito às denominações de instituições escolares. Tais homenagens são carregadas de informações. As relações de compadrio, matrimoniais e político-partidários envolvendo essas famílias tradicionais de Patos de Minas muito têm a nos contar sobre a disputa pela

dominância política, sobre o desenvolvimento da cidade e sobre a relação com as várias instituições de ensino e suas denominações. À família Maciel cabem as instituições escolares: Escola Estadual Prof. Zama Maciel, Escola Estadual Adelaide Maciel, Escola Estadual Prof. Antônio Dias Maciel (Escola Normal), Escola Estadual Cel. Osório Maciel; e de seus agregados políticos: Escola Estadual Abner Afonso, Escola Estadual Marcolino de Barros, Escola Estadual Eustáquio José da Silva, Escola Estadual Paulina de Melo Porto.

Com relação aos Borges, temos: Escola Estadual Doutor Paulo Borges, Escola Estadual Deiró Eunápio Borges; e seus agregados políticos: Escola Estadual Abílio Caixeta de Queiroz, Escola Estadual Agrotécnica Afonso Queiroz, Escola Estadual Arlindo Porto, Escola Estadual Ilídio Caixeta de Melo, Escola Estadual Prof. Modesto.

Vale ressaltar que nem todos os aspectos dessas denominações e as biografias de alguns homenageados são abordados neste trabalho; para isso, um estudo minucioso e individual se faz necessário, contudo foge ao escopo desta pesquisa. Seguramente estes podem ser temas de futuros trabalhos acadêmicos.

Este texto busca apresentar determinados pontos: a importância do estudo das instituições escolares, a compreensão de aspectos importantes relacionados às famílias Maciel e Borges e o conflito que se estabeleceu entre eles e, com isso, a apresentação de uma sucinta abordagem biográfica de alguns homenageados, salvo quando o historiador se detém em não a fazer, pois algumas biografias necessitam de horas de pesquisa em arquivos municipais e escolares, mas o tempo se mostrou inviável. Outro aspecto são as análises dos projetos de leis, decretos e leis assinados por deputados, prefeitos e governadores com relação às denominações das referidas instituições de ensino. Trazer informações antes desconhecidas — visto o ineditismo deste projeto — pela sociedade local é uma oportunidade não só para elucidar questões da sociedade onde residem os homenageados, mas também para explicar ligações entre eles, suas relações e importância para o município, o que pode nos revelar acordos familiares (compadrio e matrimoniais) e/ou político-partidários nas intenções dessas homenagens.

As origens dessas instituições escolares, juntamente com a origem dos homenageados (indivíduos das famílias Borges e Maciel) podem revelar a forma como a política se dava no período da criação e da formação escolar de determinada instituição. Dessa forma, buscar entender a história dessas instituições é, também, compreender e interpretar a própria educação praticada em uma dada sociedade (SANFELICE, 2006), assim como as práticas pedagógicas que ali se realizaram, o sentido de sua identidade e suas singularidades.

1.1 A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DA HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES

A população em geral desconhece a história das instituições escolares de sua cidade ou região próxima, por isso desconhece boa parte da história de seu Município e de sua própria história como indivíduo inserido em tal comunidade. É necessário, então, jogar luz sobre temas pouco veiculados e inseri-los nos debates públicos. Buscar respostas é resgatar no passado informações que possam contribuir para o entendimento do momento político não somente da região, mas também do Estado e da política

praticada no país. A instituição também é objeto de diversos interesses, tais como de ordem econômica, religiosa e cultural (SANFELICE, 2006). Tendo isso em mente

[...] a história das instituições escolares (HIE) pode ser considerada uma abordagem que fomenta, no campo da história da educação, uma renovação metodológica e teórica ao instigar trabalhos que discutem as relações dialéticas entre o universal e o particular. Pela análise dos “casos” singulares, provoca abordagens que focalizem os micromovimentos e propostas dos estabelecimentos de ensino em diálogo com as políticas educacionais e macroprojetos de renovação pedagógica (BRITTO, COLAU, WERLE, 2007, p. 148).

A HIE envolve a dimensão temporal. “Trabalhar com HIE não é permanecer na presencialidade, no hoje da instituição, mas descrever, compor narrativas de seus diferentes momentos de existência” (BRITTO, COLAU, WERLE, 2007, p. 151). Dessa forma, orienta-se para um desvelamento do passado das instituições escolares.

A partir disso, o presente trabalho pode auxiliar futuros estudos sobre o tema, e, também, de forma direta, auxiliar a sociedade a compreender melhor as instituições em que os filhos estudam ou em que futuramente possam vir a estudar. Dessa forma, o trabalho não é puramente um estudo do passado, sem importância e abrangência para o presente, visto que, a partir de fontes confiáveis, o escopo desta pesquisa se revela pertinente.

Os relatos que constituem a HIE são, portanto, uma forma de expressar operações sobre os lugares, tais como os bairros, as comunidades, a cidade onde está inserido (BRITTO, COLAU, WERLE, 2007). Por fim, “o estudo das instituições escolares e/ou educativas poderá acrescentar conhecimentos históricos à história da educação e, além de revelar as minúcias das singularidades escolares, inserir a compreensão e a explicação delas na totalidade histórica” (SANFELICE, 2009, p. 198).

Ao estudar a história de uma instituição escolar, é necessário investigar o processo de criação e de instalação, assim como a caracterização e o espaço físico, o espaço de poder (secretaria, diretoria, sala de professores), a origem social dos alunos daquela escola, a legislação e as normas e as relações que a instituição manteve com a comunidade a sua volta em relação a questões sociais, políticas e religiosas (BERTONHA, MACHADO, 2008).

O estudo da história e da filosofia dessas instituições ao longo do tempo contribui para o conhecimento da sociedade onde o indivíduo esteja inserido, pois essas instituições detêm os valores de cada época. “Estudar instituições escolares, em termos historiográficos, implica em retomar documentos, textos, memórias orais, arquivos, fotos e todos os materiais que ajudem a reconstruir a história como um todo” (BERTONHA, MACHADO, 2008, p. 1).

O grande desafio de fazer História das Instituições Escolares é construir espaços e não apenas lugares. Espaço compreendido como um cruzamento, como movimento,

contraposto a lugar como ordem, relação entre elementos posicionados entre si, preestabelecidos. Assim, um lugar admite muitos relatos de espaços vistos de forma diferente em decorrência dos atores e acontecimentos em decorrência dos projetos e das temporalidades [...]. Cabe aos relatos operarem esta transformação de lugares em múltiplos espaços pela articulação entre diferentes bases documentais, imagéticas e que explicitam apropriações diferenciadas (BRITTO, COLAU, WERLE, 2007, p. 157).

Desvela-se, também, a relação com a comunidade, com os moradores envolvidos aos prédios escolares ou mesmo com os que estão mais distantes, pois interfere na vida desses moradores, mesmo que não tenham estudado nessas instituições, nem mesmo seus filhos ou netos. Podemos então compreender que “à cidade como um todo pertence a escola e, portanto, a preservação da memória de instituições escolares está afeta ao ambiente no qual a escola se insere, às ruas e demais prédios, à vizinhança, bairro” (BRITTO, COLAU, WERLE, 2007, p. 160). Com isso

[...] as instituições são lugares de ação social e, como tal, marcadas pelo tempo, espaços e pessoas, são formas sociais dotadas de organização jurídica e material, cujo estudo envolve a análise de suas origens, gênese, estabilidade, rupturas e processos de formação. Elas são o espaço real, tanto objetivo como subjetivo, no qual vivenciamos relações, valores, normas, poder, experiências de lideranças, rivalidades, conflitos e competição (WERLE, 2004, p. 111).

Conclui-se que, ao discutir a HIE, é discutida a identidade não só da cidade onde se encontra, mas também de seus moradores. As instituições estão impregnadas em suas sociedades, ainda mais quando se busca em suas raízes o porquê de suas construções, qual o público irá atender, as relações políticas envolvidas, o tempo de sua criação, aqueles que são homenageados e aqueles que homenageiam. Buscar os motivos de tais atos políticos podem revelar parcerias estabelecidas em detrimento daquele ou de outro a ser homenageado, relações familiares apenas ou dever político com aquela personalidade. Aqueles que levam o nome as instituições escolares detêm uma história a ser conhecida e suas relações com a comunidade. Segundo Sanfelice (2006) o passado das instituições educativas não pertence apenas à instituição, a seus líderes e à mantenedora, mas à sociedade em que se encontra.

2 UMA RELAÇÃO — NEM SEMPRE — CONFLITUOSA: OS “MACIÉIS” E OS BORGES

2.1 OS “MACIÉIS”

A história da cidade de Patos de Minas, ou da Vila de Santo Antônio dos Patos, se mistura às diversas famílias de migrantes que aqui se instalaram, contudo duas se destacaram na trajetória política: Maciel e Borges. “Em torno dessas duas famílias, as demais se aliaram e se embaralharam, quer através de laços familiares, quer de laços políticos” (FERNANDES, 2012, p. 170). Com relação à família Dias Maciel

[...] sua organização familiar, dentro da qual é possível observar, inclusive, certa “divisão de tarefas” políticas, correspondia às feições clônicas, típicas das famílias extensas que povoaram as Minas Gerais: pais fundadores, relações de parentesco, orgulho da linhagem, solidariedade baseada nos interesses familiares sobrepostos aos interesses comuns. Ao mesmo tempo, tratava-se de um grupo amplamente cultivado, para quem a educação à francesa era tão marca discricionária quanto títulos nobiliárquicos¹ e patentes da Guarda Nacional. Por fim, um acento diferencial concorria para compor o perfil do que viria a ser o grupo situacionista de Patos até a década de 1950: a simpatia pelo protestantismo (SILVA, 2015, p. 95).

Cabe ainda mencionar que, conforme Silva (2015), entre os Maciéis havia a tendência de manter o patrimônio da família dentro da própria família, visto assim a partir de casamentos endogâmicos, além de comprar e vender suas propriedades entre si. Mas essas práticas não são únicas da família dos Maciéis; Janotti (1992) relata que os coronéis — aqui nos dirigimos ao Coronel Antônio Dias Maciel, chefe do clã “macielista”, do qual falaremos mais adiante — eram líderes de uma numerosa parentela unidos entre ascendência ou descendência (legal ou bastarda), quanto por compadrio ou casamentos. Com isso, os membros dessa numerosa parentela, socorrem-se mutuamente em suas necessidades econômicas, por vezes se beneficiando mesmo que indiretamente com o enriquecimento das camadas superiores, por exemplo “a solidariedade política sedimentava-se na solidariedade familiar; o Coronel preferia repartir equitativamente os cargos públicos e os votos entre os candidatos pertencentes à sua parentela” (JANOTTI, 1992, p. 64).

Antes de nos aprofundarmos nas relações familiares de compadrio, matrimoniais, políticas e religiosas que se desenrolaram na chegada dos Maciéis à cena política de Santo Antônio dos Patos e sua disputa posterior com a família Borges, falaremos dos que aqui primeiro chegaram. De acordo com Fernandes (2012), o Coronel Antônio Dias Maciel foi o pioneiro da família a chegar no Arraial de Santo Antônio dos

¹ Títulos de nobreza.

Patos, por volta de 1852, vindo da região de Nossa Senhora do Bom Despacho do Picão, hoje cidade de Bom Despacho, localizada no Centro-Oeste de Minas Gerais, na região do Alto São Francisco.

Coronel Antônio Dias Maciel, acampado de uma tropa no largo da Matriz, onde hoje é local em frente ao Colégio Nossa Senhora das Graças, ficou por mais ou menos uma semana, notou a boa qualidade da terra e adquiriu alguns terrenos quando de saída. Voltou a Bom Despacho, contudo, no fim do ano de 1857, entrou em divergência política com dois de seus irmãos, segundo Silva (2015, p. 96), Miguel e Alexandre, que encabeçavam o diretório do Partido Conservador de Bom Despacho, tendo retornado a Santo Antônio dos Patos em definitivo em dezembro de 1857. Seu irmão Jerônimo Dias Maciel veio em seguida, estabelecendo-se na cidade em 1859.

Tal contenda entre irmãos se deu por desavenças políticas, principalmente com o irmão Miguel Dias Maciel. De um lado da família, fazia-se presente a ala conservadora, partidária do Imperador e da Monarquia e, do outro, os irmãos Antônio Dias Maciel e Jerônimo Dias Maciel militavam em favor do Partido Liberal, sendo que o primeiro deles foi presidente do diretório do Partido Liberal de Bom Despacho. E, “ao se estabelecerem no Arraial que viria a ser o município de Patos de Minas, Antônio e Jerônimo tornaram-se os líderes não apenas do Partido Liberal local, mas, também, da célula municipal do Partido Republicano” (SILVA, 2015, p. 97).

Jerônimo Dias Maciel, mais conhecido como Major Jerônimo, pertenceu à Guarda Nacional², possuindo a Carta Patente de Major Ajudante de Ordens e Secretário Geral do Comando Superior da Guarda Nacional. Carta Patente assinada pelo Imperador D. Pedro II, dada no Palácio do Rio de Janeiro em 09 de junho de 1881 (DANNEMANN, 2017b). Ocupou cargos como, por exemplo, boticário, vereador, delegado de polícia, juiz, presidente da Câmara nos regimes monárquico e republicano, presidente da intendência, coletor das rendas gerais e províncias e agente executivo (FERNANDES, 2012, p. 174).

Antônio Dias Maciel se tornou um dos fazendeiros e coronéis mais importantes da região. Dada sua influência e importância política, em 10 de agosto de 1889, a Princesa Isabel lhe agraciou com o título de Barão de Araguari, embora o tenha aceitado, não compareceu à cerimônia de entrega do título. Tal distribuição de títulos nobiliárquicos foi uma tentativa do Imperador de cooptar para as fileiras da monarquia as lideranças liberais mais extremadas.

Silva (2015) nos conta que Antônio, embora tenha ocupado a Presidência do Diretório Republicano no ano de 1898, apenas entre 1873 e 1878 esteve à frente do Executivo de Patos. Depois de um período como comerciante, em sociedade com o irmão na firma “Maciel, Irmãos & Cia”, retirou-se do Arraial para viver na Fazenda da Cascata, neste Município, onde permaneceria até a sua morte em 1910.

² De estrutura militar, subordinada ao Ministério da Justiça, mais efetivamente submetida à sociedade civil, era a Guarda Nacional empregada para coibir movimentos revolucionários da época, juntamente com o exército, e submeter tanto os escravos quanto os diferentes grupos sociais aos interesses dos senhores de terras. Os postos de oficiais da Guarda Nacional foram ocupados, quase que exclusivamente, por mandatários locais. Majores, tenentes e coronéis eram títulos muito cobiçados (JANOTTI, 1992, p. 20-21).

Seguindo os passos do pai, o quinto filho do Cel. Antônio Maciel, o Coronel Farnese Dias Maciel³, pertencente à segunda geração de Maciéis, ocupou a cena política de Patos. Farnese exerceu, por excelência, as funções que cabiam a um Coronel dentro do pacto de compromissos da Política dos Governadores.

Campos Salles (1898-1902) sacramentou o pacto do poder pela aplicação da “Política dos Governadores”: “No lugar do presidente de província todo poderoso, viria instalar-se o todo-poderoso governador de Estado [...]. A concentração de poder continuava a processar-se na órbita estadual exatamente como sucedia na esfera provincial durante o Império; mas, como a eleição do governador de Estado não dependia tão puramente da vontade do centro, como outrora, a nomeação do presidente da província, o chefe do governo federal só tinha duas alternativas: ou declarar guerra às situações estaduais, ou compor-se com elas num sistema de compromissos que, simultaneamente, consolidasse o governo federal e os governos estaduais” (Victor Nunes Leal, *Coronelismo, Enxada e Voto*) (JANOTTI, 1992, p. 35).

Seus objetivos podem ser assim resumidos:

[...] reduzir ao máximo as disputas políticas no âmbito de cada Estado, prestigiando os grupos mais fortes; chegar a um acordo básico entre a União e os Estados; pôr fim à hostilidade existente entre Executivo e Legislativo, domesticando a escolha dos deputados. O governo central sustentaria assim os grupos dominantes nos Estados, enquanto estes, em troca, apoiariam a política do presidente da República⁴ (FAUSTO, 2019, p. 222-223).

Na lacuna deixada pelo pai, coube a Farnese Dias Maciel o posto de mandatário político local, o Coronel que durante a República Velha possuía a incumbência de garantir a vitória nas eleições⁵. “Sua ascendência pública, sua intimidade com as esferas estaduais e, sobretudo, sua truculência durante os pleitos eleitorais, ficariam sujeitos registrados na documentação, mas, também, nas memórias dos sujeitos” (SILVA, 2015, p. 101). Tendo essa passagem de bastão de um para o outro em mente, Janotti (1992) nos

³ Foi legitimado Coronel pela Guarda Nacional em 1898 em plena República, quando a importância da Guarda Nacional há muito havia-se declinado, contudo, sua valência simbólica permanecia (SILVA, 2015).

⁴ A política dos Governadores tinha como objetivo, portanto, harmonizar os interesses dos estados mais ricos, fortalecer as situações estaduais e assegurar nas urnas resultados eleitorais favoráveis (JANOTTI, 1992, p. 36).

⁵ Do ponto de vista eleitoral, o "coronel" controlava os votantes em sua área de influência. Trocava votos em candidatos por ele indicados por favores tão variados como um par de sapatos, uma vaga no hospital ou um emprego de professora (FAUSTO, 2019, p. 226).

diz que é comumente transferido o poder coronelístico carregado de prestígio político e social após a morte do mandatário original e patriarca do clã para outro indivíduo, que nem sempre é um membro da família, no entanto a sucessão mais frequente cabe ao filho do Coronel, que é o ocorrido no caso estudado, do Coronel Antônio Dias Maciel para seu filho Farnese Dias Maciel.

Entretanto, Silva (2015) nos relata que na rede hierárquica política dos Maciéis que se estabeleceu, ficou a cargo de seu irmão mais velho, o engenheiro Olegário Dias Maciel, a função de representar, junto às esferas estadual e federal, os interesses da família, ao mesmo tempo sinônimos ideológicos dos “interesses de Patos”. Os Maciéis constituíram um sólido clã político, interligado a outras famílias por uma extensa e intrincada rede de correligionários políticos, de relações de parentesco e compadrio, ao qual podemos citar: Cel. Arthur Thomaz de Magalhães, Marcolino de Barros, Cel. Augusto Ferreira da Silva e seus filhos, Noé e Itagyba (estes cinco citados sendo possuidores de grandes extensões de Terra) e Cap. José de Santana.

Destacamos, aqui, Marcolino de Barros, advogado baiano casado com Julieta, uma das filhas do Coronel Antônio Dias Maciel; é ponto de estudo deste trabalho ao ter o seu nome elevado à denominação de uma escola em Patos de Minas, a Escola Estadual Marcolino de Barros, localizada na Av. Getúlio Vargas, nº 367.

Silva (2015) observou que o clã situacionista, liderado pela família Maciel, era composto, majoritariamente, por fazendeiros. A propriedade fundiária foi para os Maciéis e seus correligionários políticos a porta de entrada para o comando político da cidade de Patos; com o advento da República suas fazendas confirmaram a sua posição, uma vez que saía delas o capital que definia a vitória nas eleições: na forma de voto de cabresto, que é

[...] aquele dado a candidatos indicados por um chefe político ou cabo eleitoral, sem que o eleitor saiba exatamente por qual motivo e em quem está votando. Usualmente, tais eleitores são levados para os chamados “currais eleitorais”, de onde só saem na hora da votação. A atividade era comum antes dos anos 1930, mas perdeu força com a urbanização da população e a adoção do voto secreto (GLOSSÁRIO..., 2021a).

Ou em bico de pena que também ocorria na antiga República, antes de 1930, em que

[...] o voto não era secreto, mas “aberto”. O sistema de poder vigente tomava três tipos de precaução para evitar surpresas nos resultados das eleições. Primeiramente, os chefes e caciques políticos, principalmente do interior, orientavam os eleitores a votar em determinados candidatos, e só neles. Para isso, entregavam ao votante uma “marmita” (pilha) de cédulas dos candidatos em que deveriam votar. Como segunda medida, as atas das juntas apuradoras – frequentemente, as próprias mesas

receptoras – eram feitas para mostrar determinados resultados, nem sempre de acordo com a contagem dos votos depositados naquela seção. Finalmente, onde isso não era possível – nas capitais e grandes cidades de então, em que eram eleitos candidatos “indesejáveis”, de oposição – a Câmara e o Senado faziam a “verificação dos poderes” dos que se apresentavam para tomar posse. Nessa fase, muitos dos “indesejáveis” sofriam a “degola”. Ou seja, seus mandatos eram invalidados pela Casa (GLOSSÁRIO..., 2021b).

Mas não só de fazendeiros se valia o clã macielista. Silva (2015) menciona que a presença dos professores foi um aspecto importante, ligados por parentesco ou afinidade política. Podemos citar: Antônio Augusto da Silva Tormim; Jacques Dias Maciel; Orieta Dias Maciel; Maria Madalena de Ulhoa Maciel (primeira esposa de Adélio Maciel); Walda Magalhães (segunda esposa de Adélio Maciel), Antônio Dias Maciel, o “Tonico”, Zama Maciel, Valeriano Rodrigues Souto e Modesto Mello Ribeiro. Destacam-se Zama Maciel e Modesto Mello Ribeiro, que, assim como Marcolino de Barros, tiveram os nomes elevados à denominação de escolas em Patos de Minas. A Escola Estadual Professor Zama Maciel e a Escola Estadual Professor Modesto, respectivamente localizadas nas R. Pref. Camundinho, nº 651, Centro, e R. Araguari, 128, Rosário.

Os Maciéis, fazendeiros, letrados, cosmopolitas, francófonos e republicanos, entendidos como os donos de conduzir politicamente os destinos de Patos, foram privilegiados não apenas por nascença, mas também por formação. Eram opostos a outra família que exerceu grande influência na cidade, por motivos políticos e/ou religiosos, os Borges.

2.2 OS BORGES

Os Borges se diferenciavam da família Dias Maciel, que se organizavam de forma clânica em volta de um líder, em que girava sob a tutela desse comandante a família, os correligionários e os demais agregados. Os Borges eram numerosos; no final do século XIX, contavam trezentas e trinta e quatro pessoas. Também não demonstravam o orgulho da linhagem ou uma solidariedade política balizada no parentesco. O que lhes traziam uma pertença à família antes mesmo do sobrenome era a sua fé. Os Borges eram católicos, fervorosamente católicos, atravessados por uma visceral relação com a Igreja Católica Romana (SILVA, 2015), diferentemente dos Maciéis, simpáticos ao protestantismo. Outro fato que os diferenciava era que, apesar de que muitos membros da família Borges, assim como os membros da família Maciel, fossem membros da Guarda Nacional, os Borges se ligavam mais ao campo intelectual, jurídico e do comércio local. Jamais um Borges se tornou Coronel, pois não há notícias de que na família houve um possuidor de grandes fazendas, esse fato era um enfraquecedor político para a família Borges, apesar de serem respeitados (FERNANDES, 2012).

Os primeiros integrantes da família Borges que vieram para Patos, a partir de 1866, saídos da cidade de Formiga, foram os irmãos Capitão José Antônio Borges,

ourives por profissão, designado Primeiro Tabelião, cessionário do Cartório de Primeiro Ofício da Vila; e Capitão João Antônio Borges, comerciante proprietário de uma venda e de uma pensão. Os irmãos Borges, abastados comerciantes, não demoraram a se entremear na arena política da cidade estabelecendo as necessárias relações de compadrio com aqueles que detinham poder e riqueza.

Contudo, nem sempre conflituosa foi a relação entre as famílias, fato que se desenha a partir de 1889, embora, segundo Silva (2015), a oposição oficial se dá apenas na década de 1920, com a criação do Partido Político Popular de Patos (PPPP), em 1924; até esse ponto, sabe-se que as famílias se debatiam por seus ideais, contudo entre as famílias, era como se houvesse um simulado acordo (BORGES JUNIOR, 1994). Em 1880 documentos revelam que José Antônio levava à pia batismal o seu oitavo filho, Deiró Eunápio, apadrinhado pelo Coronel Antônio Dias Maciel e sua esposa, D. Flaviana. E, em 1883, devidamente engalanados com as patentes da Guarda Nacional, os irmãos Borges encontravam-se entre os convidados do casamento de Farnese Dias Maciel com Adelaide Caixeta.

Antes de prosseguirmos, é importante salientar que, na data de criação do PPPP, em 05 de outubro de 1924, assinaram a “circular-convocatória” da fundação do partido cujo lema de Raul Soares “Para diante e para cima” os seguintes cidadãos: Abílio Caixeta de Queiroz, Virgílio Caixeta de Queiroz, Manoel Caixeta de Queiroz, Ilídio Caixeta de Queiroz, Afonso Queiroz, Almério Gonçalves de Amorim, João Gualberto de Amorim Júnior, José Gonçalves de Amorim, Ilídio Caixeta de Melo, Altino Fernandes Caixeta, Joaquim Borges de Oliveira. Antônio Cândido Borges, Augusto Borges, Virgílio Borges, Deiró Eunápio Borges, João Borges, Dolor Borges, José Olympio Borges (BORGES JUNIOR, 1994, p. 60).

Os Borges não foram proprietários de grande extensão de terras, assim como não foram possuidores de grandes riquezas. O patrimônio dos irmãos Borges, os primeiros que chegaram a Patos, não conseguira resistir à estagnação do mercado interno, “quando chega a década de 1890, o retraimento do mercado de Patos e, por consequência, a diluição do patrimônio dos Borges já era, praticamente, a ‘crônica de uma morte anunciada’” (SILVA, 2015, p. 145). Isso ocorreu em um momento em que a política era uma atividade restrita a poucos, os mais bem abastados. Quando chegou a segunda década do século XX, o patrimônio da nova geração de Borges estava longe de permitir a eles uma posição expressiva na arena política de Patos, com isso estiveram presentes enquanto o patrimônio se valeu fazer. “No Império, sua renda não lhes permitiu conquistar a patente de Coronel ou fazer deputados e senadores. Mas, foi suficiente para chegar às patentes de Capitão, Tenente e Major, e garantir representantes na câmara municipal entre 1870 e 1906” (SILVA, 2015, p. 148).

Ainda assim, ao longo do Império, apesar das divergências políticas, os Borges mantiveram uma relação com os Maciéis, tal proximidade se deu pelas relações de compadrio. Esse alinhamento continuou mesmo após o Major Olympio Borges (vereador da Vila de Santo Antônio dos Patos) se manifestar a favor da Monarquia, visto que os Maciéis e seus correligionários demonstraram ostensiva defesa à República; “sua tradição liberal e a formação positivista dos jovens que se diplomavam iriam influenciar em grande parte sua filiação ao Partido Republicano. [...] os Maciéis não se furtaram a dar vivas ao novo regime” (SILVA, 2015, p. 150).

Contudo, seguidos episódios de violência dariam fim a tal “simulado acordo” entre as famílias. Desafetos políticos de Deiró Eunápio Borges tentaram contra a sua integridade em três ocasiões distintas. Diz Deiró Eunápio Borges Júnior em seu livro de memórias sobre tal afastamento da vida política por parte dos Borges:

Referia meu pai que, ante iminente derrota eleitoral de Olegário Maciel, num pleito renhido, parece-me que em 1904, em Patos os mesários não compareceram às respectivas seções. Acorreram, então, os eleitores, à mais próxima, no arraial de Lagoa Formosa. Ali se encontrava o doutor Marcolino de Barros, na condição de fiscal dos Maciéis. Sob pretexto de defendê-lo, um bando de jagunços desfechou uma descarga de fuzilaria na casa de Randolfo Borges, local da seção.

Desgostoso com tais cenas de banditismo, Olympio Borges, que era líder natural dos Borges, como Olegário Maciel o era dos Maciéis, não mais se envolveu com política. E cresceu a influência dos Maciéis até 1927, pois os Borges, que não compareciam a eleições, consultados por seus amigos a respeito, não se punham a que estes o fizessem (BORGES JUNIOR, 1994, p. 62).

Outro fato separador entre as famílias que vale salientar foi o crescimento do protestantismo na cidade de Patos, com isso, galgando os próprios Maciéis, a situação dos católicos Borges foi ficando insustentável:

Se permanecessem alinhados com os compadres, voltariam as costas para a Igreja Católica e para a sua fé. Se, ao contrário, voltassem as costas para os compadres e saíssem em defesa da fé, a retração do comércio não lhe dava mais poder de fogo suficiente para o custoso enfrentamento político, nos moldes em que se davam os embates de famílias coronelistas, em outros rincões do Brasil (SILVA, 2015, p. 156).

Como vimos até aqui, as famílias Maciel e Borges têm suas similaridades e diferenças, contudo sempre em prol da disputa pela cidade de Patos. Um conflito ideológico e político-partidário, de um lado republicanos declarados como Antônio e Jerônimo Maciel, já os Borges contrários à República, principalmente na voz do monarquista vereador na época Major Olympio Borges. Do outro lado, um conflito religioso, seguramente realizado pelo catolicismo dos Borges e o protestantismo que denominou os Maciéis, pois nem sempre foram protestantes. Fernandes (2012) nos conta que seguramente a primeira geração dos Maciéis era de católicos, algo que posteriormente provocaria uma cisão na própria família.

Percebe-se que a disputa entre as famílias foi acalorada em diversos momentos e em outros exerceu-se a questão do compadrio. A história de ambas se mistura com a da própria cidade. Não é de se negar que os conflitos fizeram a cidade andar e seguir

seus caminhos; foram agentes políticos ativos, apesar de suas diferenças e de certo domínio de uma sobre a outra nos pleitos políticos.

3 DENOMINAÇÃO DE ESTABELECIMENTO PÚBLICO DO ESTADO

Entendida a importância do estudo das instituições escolares e compreendido o histórico das tradicionais famílias Maciel e Borges no cenário político e social da cidade de Patos de Minas e região, dá-se seguimento ao texto para falarmos sobre as denominações propriamente ditas.

A ementa da Lei n. 13.408, de 21/12/1999, nos diz o seguinte: dispõe sobre a denominação de estabelecimento, instituição e próprio público do Estado e dá outras providências. O art. 2º da referida lei diz:

A escolha da denominação de que trata esta Lei recairá em nome de pessoa falecida que se tenha destacado por suas notórias qualidades e por relevantes serviços prestados à coletividade ou em evento de valor histórico, efeméride, acidente geográfico ou outras referências às tradições históricas e culturais do Estado.

[...]

§ 1º - Será observada a correlação entre a destinação do estabelecimento, da instituição ou do próprio público que se pretende denominar e a área em que se tenha destacado o homenageado, se pessoa de projeção em âmbito local (MINAS GERAIS, 1999, p. 1).

Tendo ciência do que diz a lei com relação às denominações de órgãos públicos do Estado, entramos de fato nas denominações, primeiramente da família Maciel e seus correligionários políticos com os homenageados: Zama Maciel, Antônio Dias Maciel, Adelaide Maciel, Abner Afonso, Marcolino de Barros, Eustáquio José da Silva, Paulina de Melo Porto e, por fim, Cel. Osório Maciel.

Em sequência, com relação à família Borges e seus correligionários políticos, foram homenageados: Deiró Eunápio Borges, Dr. Paulo Borges, Abílio Caixeta de Queiroz, Afonso Queiroz, Arlindo Porto, Ilídio Caixeta de Melo, Prof. Modesto de Mello Ribeiro.

3.1 FAMÍLIA MACIEL, CORRELIGIONÁRIOS POLÍTICOS E SUAS RESPECTIVAS DENOMINAÇÕES EM INSTITUIÇÕES ESCOLARES

3.1.1 Zama Maciel

O Projeto de Lei n. 126.1971, do autor Deputado Sebastião Nascimento (ARENA), teve como a ementa “dá a denominação de Colégio Estadual Professor Zama Maciel ao Colégio Estadual de Patos de Minas” (MINAS GERAIS, 1971b).

Sebastião Alves do Nascimento, o Binga, nasceu em 13 de dezembro de 1919 em Patrocínio. Transferiu-se para Patos de Minas em 1942 exercendo a profissão de

fazendeiro. Casou-se em 1944 com Coracy de Castro Alves, ligando-se, desse modo, a família Maciel; Abner Afonso de Castro — um dos chefes da UDN local — era seu sogro. Sob essa influência e dos demais do clã macielista, entrou na política, visto ser bastante popular. Foi o primeiro presidente do Sindicato Rural (1954 a 1957). O Parque de Exposições levou o seu nome: “Sebastião Alves do Nascimento - Binga”. Em sua homenagem, foi inaugurado um busto em bronze, no centro do Parque, em 24 de maio de 1978. Foi Prefeito de Patos de Minas em 1959 a 1962. Durante o seu governo, dentre os principais trabalhos, trouxe a CEMIG para a cidade, adquiriu o prédio da Fundação Pio XII e fundou o Colégio Municipal (hoje Escola Estadual Prof. Zama Maciel), entre outras obras de importância para o município. Em 1962, passou o cargo para o Vice-prefeito Vicente Pereira Guimarães, e candidatou-se a Deputado Estadual. Com isso, desde 1963 exerceu a função de Deputado à Assembleia Legislativa do Estado, sendo reeleito quatro vezes consecutivas. Como representante da região na Assembleia, conseguiu transformar o Colégio Municipal em Estadual. Sebastião Alves do Nascimento faleceu em 11 de dezembro de 1977 em pleno exercício do mandato e foi sepultado na cidade de Patos de Minas (DANNEMANN, 2014b).

A Lei n. 5.743, de 08/07/1971, dá a denominação de “Professor Zama Maciel” ao Colégio Estadual de Patos de Minas. O Governador do Estado de Minas Gerais à época, Rondon Pacheco (UDN, ARENA, PSDB), usando da atribuição que lhe conferia, decretou: “Art. 1º - O Colégio Estadual de Patos de Minas denominar-se-á “Professor Zama Maciel” (MINAS GERAIS, 1971a).

Zama Maciel nasceu em 30 de junho de 1904 em Patos de Minas. É filho do Cel. Farnese Dias Maciel e D. Adelaide Caixeta Maciel, foi batizado em 18/08/1904 e teve como padrinhos Agenor Dias Maciel e Jorgeta Dias Maciel. Em 1931, durante o governo de seu tio, Presidente⁶ Olegário Dias Maciel, foi nomeado Inspetor Federal de Ensino. Zama Maciel também foi Vereador e Delegado, quando da criação da delegacia de Ensino da Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, sediada em Patos de Minas, além de dirigir o partido do qual fazia parte — UDN — na Câmara dos Vereadores. Também exerceu o magistério lecionando História, Geografia, Português e Matemática. Escreveu a letra do Hino Oficial de Patos de Minas em parceria com o Exmo. Senhor Bispo Diocesano, Dom José André Coimbra, responsável pela música. Fez parte da Academia Patense de Letras e era uma grande entusiasta do esporte, desse modo, fundou a URT — União Recreativa dos Trabalhadores —, ajudando até na construção do campo de futebol, o atual Estádio Zama Maciel; além do Estádio, incentivou a fundação do Colégio Municipal, cooperando-se nisso; hoje é a Escola Estadual Zama Maciel. Faleceu no dia 2 de agosto de 1968 (DANNEMANN, 2018).

3.1.2 Antônio Dias Maciel

O Projeto de Lei n. 392. 1967, do autor Deputado Leopoldo Porto (ARENA) teve como ementa: “dá a denominação de “Professor Antônio Dias Maciel” ao Ginásio e Escola Normal Oficial de Patos de Minas (MINAS GERAIS, 1967).

⁶ Cargo semelhante ao de Governador do Estado à época.

A Lei n. 4.761, de 14/05/1968, dá a denominação de “Professor Antônio Dias Maciel” ao Ginásio e Escola Normal Oficial de Patos de Minas. O Governador do Estado de Minas Gerais à época, Israel Pinheiro da Silva (ARENA), usando da atribuição que lhe conferia, decretou: “Art. 1º - Passa a denominar-se “Professor Antônio Dias Maciel” o Ginásio e Escola Normal Oficial de Patos de Minas” (MINAS GERAIS, 1968).

Segundo Dannemann (2020), Antônio Dias Maciel nasceu em Patos de Minas em 2 de janeiro de 1898, é filho de Cel. Farnese Dias Maciel e D. Adelaide Caixeta Maciel, tornando-se advogado em 1922, estudou no Instituto Gammon tornando-se membro da Igreja Presbiteriana. Era também Maçom, foi poeta e literato, deixando vários escritos, como poemas, peças teatrais e páginas de folhetos de assuntos evangélicos. Faleceu no dia 18 de setembro de 1964 em Goiânia (GO); seu corpo foi velado nas dependências da Igreja Presbiteriana da cidade. Em 1931, Antônio Dias Maciel funda o Instituto Sul-Americano, de cunho estritamente evangélico. O corpo docente era composto por Norberto Costa para ser o Diretor Espiritual do estabelecimento e lecionar Matemática, acompanhado de sua esposa D. Helena Kemper Costa, para dirigir o internato feminino e lecionar Música e Francês; Dr. José de Santana Sobrinho (Francês), o próprio Dr. Antônio, que acumulava as funções de Diretor e professor de Português, seu irmão, Dr. Zama Maciel, que lecionava Geografia e História, e o Prof. Erasmo Maciel (Ciências).

Sobre o processo que se deu da primeira denominação à última que levaria o nome do Professor Antônio Dias Maciel em definitivo, um curioso caso de denominações diversas aconteceu:

O incansável Dr. Antônio, com o apoio de seu tio Osório Dias Maciel, inicia intenso trabalho visando a oficialização do estabelecimento, o que foi conseguido no ano seguinte. Em 2 de abril de 1932, pelo Decreto N.º 10.310, do então Presidente do Estado de Minas Gerais, Dr. Olegário Maciel (tio do Dr. Antônio), foi criada a ESCOLA NORMAL DE PATOS, com os seguintes cursos: Primário (com duas classes, sendo uma de 1.º e 2.º anos e outra de 3.º e 4.º, Adaptação, com duração de dois anos e Normal, com duração de três anos. No dia 5 de maio do mesmo ano, a Escola foi solenemente instalada na casa do Dr. Olegário Maciel na Avenida Getúlio Vargas, transferindo-se posteriormente para um antigo chalé, na Praça Antônio Dias (onde hoje é a casa de D. Santinha de Medeiros Queiroz) nas proximidades do atual Hospital São Lucas (DANNEMANN, 2020).

Em setembro de 1934, foi inaugurado o atual prédio da escola, situado na Avenida Getúlio Vargas, n. 45, Patos de Minas (MG). Em 1947, com Decreto-lei estadual n. 1873, de 28 de outubro de 1946, a Escola Normal foi ajustada às requisições da Lei Orgânica do Ensino Normal tendo passado a denominar-se Escola Normal Oficial de Patos de Minas. Já em 10 de outubro de 1968, a partir da Portaria n. 350, a escola passou a denominar-se Colégio Estadual “Professor Antônio Dias Maciel”.

Em 9 de maio de 1974, de acordo com o Decreto n. 16.244/74, passa a denominar-se Escola de 1º e 2º Graus “Professor Antônio Dias Maciel”, e outra vez em 17 de outubro de 1978, através do Decreto n. 19.472, o nome da escola é alterado, dessa vez passando a denominar-se Escola Estadual “Professor Antônio Dias Maciel”; essa denominação perdura até os dias atuais, mas sem nunca perder da boca da população da cidade de Patos de Minas e do uniforme dos estudantes o nome “Escola Normal”.

3.1.3 Adelaide Maciel

O Decreto n. 7.619, de 21/05/1964, cria o Grupo Escolar com a denominação de Adelaide Maciel, na cidade de Patos de Minas. O Governador do Estado de Minas Gerais à época, José de Magalhães Pinto (UDN, ARENA, PP, PDS), usando da atribuição que lhe conferia, decretou: “Art.1º - Fica criado o Grupo Escolar Adelaide Maciel, na cidade de Patos de Minas” (MINAS GERAIS, 1964a). O Grupo Escolar Adelaide Maciel (Escola Estadual Adelaide Maciel) foi fundado em 1964, ano do Golpe Militar e início da ditadura no Brasil.

A escola se localizava no quarteirão da Rua Dr. Marcolino, esquina com a Rua Ceará, construída em material pré-fabricado, folhas de zinco e janelas de vidro, uma construção rústica e em condições precárias. Contudo, com a Lei nº 1.502/76, ficou o Prefeito Municipal de Patos de Minas, Waldemar Rocha Filho, “autorizado a doar ao Estado de Minas Gerais o imóvel de propriedade do Município, com a área de 5.128,00m² (cinco mil, cento e vinte e oito metros quadrados), situado na Rua Rio Grande do Norte, desta Cidade” (PATOS DE MINAS, 1976). Portanto, a Escola Estadual Adelaide Maciel se encontra nos dias atuais em funcionamento na Rua Rio Grande do Norte, 554 no Bairro Cristo Redentor.

Waldemar Rocha Filho nasceu em Patos de Minas, em 1944. Em 15 de novembro de 1972, com 28 anos de idade, foi eleito prefeito de Patos de Minas. O lema de sua campanha foi “Patos de Minas acima de tudo”, lema esse que voltaria a ser usado na eleição de 1992, pela chapa Jarbas Cambraia/Eduardo Maia. Sebastião Alves do Nascimento, o Binga, e o ex-prefeito Pedro Pereira dos Santos, ambos da Arena, comandaram a vitória de Waldemar Rocha Filho, que colocou dois mil votos de frente sobre três candidatos do MDB (DANNEMANN, 2015c).

Adelaide Maciel nasceu na data de 05/12/1865 em Patos de Minas. Seus pais eram o Capitão Manuel Caixeta e Dona Maria Guilhermina de Melo. Casou-se com 17 anos, em 09/06/1883, com o Coronel Farnese Dias Maciel. Tiveram muitos filhos, 11 no total, entre eles Antônio Dias Maciel e Zama Dias Maciel (DANNEMANN, 2013b). Adelaide faleceu em 22/05/1959 e, na mesma data de seu falecimento, o então Vereador Dr. Zama Maciel, seu filho, através do Requerimento nº 8/59 da Câmara Municipal de Patos de Minas escreveu:

[...] em nome da bancada da “União Democrática Nacional”, ouvida a Casa, seja consignado em Ata um voto de sentido pesar [sic] pelo falecimento da veneranda senhora D^a Adelaide Caixeta Maciel, viúva do saudoso Cel. Farnese Dias Maciel, ocorrido hoje, enlutando a nossa

Sociedade, e, ainda, que os trabalhos da Câmara sejam suspensos até a próxima segunda-feira, em sinal de respeito e homenagem a pranteada extinta, dando-se da resolução conhecimento a ilustre família enlutada (PATOS DE MINAS, 1959).

A justificativa se deu da seguinte maneira:

D^a Adelaide Caixeta Maciel, cujo falecimento vem enlutar a sociedade patense, pertenceu a famílias de tradição de Patos de Minas.

Viúva de um dos patenses mais ilustres, como ilustre foi a figura do coronel Farnese Dias Maciel, D^a Adelaide atravessou os seus 94 anos bem vividos, constituindo uma família nobre, de cidadãos que tem dado a nossa terra trabalho admirável, através lutas constantes. [...]

E nós temos um dever indeclinável de prestar-lhe o nosso profundo respeito, com a homenagem desta Casa de leis dos munícipes [sic], que é a continuação da obra que D^a Adelaide, indiretamente, por que companheira dos ideais de seu esposo saudoso, também tomou parte (PATOS DE MINAS, 1959).

Dessa forma, é possível melhor entendimento com o processo de denominação do Grupo Escolar Adelaide Maciel e quem foi a homenageada. Nos textos analisados pelo historiador, não ficou clara a importância pública de Adelaide Maciel para o Município de Patos de Minas, a não ser o fato de ter se casado com uma figura importante e, outrora, mãe de outros dois de mesma importância. Não cabe aqui julgamento de valor com relação à pessoa de Adelaide Maciel, contudo, para se carregar uma homenagem de tamanha importância, embasada na Lei n. 13.408, de 21/12/1999, se aceitaria melhor um nome de grande relevância pública e que a memória deveria ser cara às próximas gerações. Aqui podemos perceber que ainda nos idos anos de 1959 e 1964, as relações de compadrio e parentela se fizeram valer, delineando homenagens por parte de familiares e correligionários políticos, valendo ressaltar que ambos, o então Vereador Zama Maciel e o então Governador do Estado de Minas Gerais, José de Magalhães Pinto, eram do mesmo partido político o UDN (União Democrática Nacional).

3.1.4 Abner Afonso

O Decreto n. 8.109, de 30/12/1964, criou o Grupo Escolar com a denominação de Abner Afonso, na cidade de Patos de Minas. O Governador do Estado de Minas Gerais à época, José de Magalhães Pinto, usando da atribuição que lhe conferia, decretou: “Art. 1º - Fica criado o Grupo Escolar Abner Afonso, na cidade de Patos de Minas” (MINAS GERAIS, 1964b).

Abner Afonso de Castro nasceu em Conceição do Araxá, em 25/12/1891. Foi diretor-presidente da Rádio Clube de Patos, Delegado Municipal, Vice-prefeito em 1950. No setor da pecuária, distinguiu-se como grande incentivador da melhoria genética dos rebanhos. Faleceu em Belo Horizonte, aos 70 anos, em 6 de agosto de 1962. Abner Afonso de Castro casou-se com Iracema Dias Maciel, casório realizado em 02/05/1923 – ele com 31 anos, filho de Theodora Jacinta de Castro; ela com 17 anos, filha do Cel. Farnese Dias Maciel e D. Adelaide Caixeta Maciel. Da mesma forma que Adelaide Maciel, seu então genro, Abner Afonso de Castro, recebe a honraria a partir de suas relações matrimoniais, casando-se com a filha de uma poderosa família, os “Maciéis”. De fato, a vida pública de Abner Afonso parece ter sido mais agitada do que a de Adelaide Maciel, contudo, ao peso de receber tal honraria?

3.1.5 Marcolino de Barros

O Grupo Escolar de Patos de Minas foi criado pelo Decreto n. 4.065, de 23 de dezembro de 1913, por Júlio Bueno Brandão (PRM), Presidente do Estado de Minas Gerais, de conformidade com o regulamento expedido com o Dec. n. 3.191, de 9 de junho de 1911. Ao receber a homenagem em 1911, Dr. Marcolino estava vivo, pois veio a falecer em 1932.

Foi inaugurado em 4 de julho de 1917, na praça Dom Eduardo, onde hoje está instalado o Colégio Nossa Senhora das Graças. Em 2 de abril de 1918, por portaria, o Grupo Escolar de Patos recebe a denominação especial de Grupo Escolar Marcolino de Barros. No final de 1933, Olegário Dias Maciel deu-lhe novo e definitivo prédio (DANNEMANN, 2017a). Contudo, Olegário faleceu em 1933, antes mesmo de ver o antigo Grupo Escolar ser transferido para a nova sede em 1934, assim como o próprio Marcolino de Barros, falecido em 24 de maio de 1932; essa nova sede é na Av. Getúlio Vargas, n. 367 em Patos de Minas (MG).

Marcolino de Barros nasceu em 16 de agosto de 1870 e foi um homem forte na política local, assim como seu cunhado, Olegário Maciel. E na inauguração do Grupo Escolar em 1917 algumas presenças ilustres foram notadas: o inspetor de ensino Sr. Dr. Mauricio Pottier Monteiro, Cônego Getúlio Alves de Melo, que procedeu à benção do prédio, Dr. Antônio Carlos Soares de Albergaria, Dr. Adélio Dias Maciel, presidente da Câmara, Orlando Ferreira, inspetor regional, Cel. Farnese Dias Maciel, presidente do diretório político local, Dr. Marcolino de Barros, advogado e vice-presidente do mesmo diretório, Dr. Eufrásio José Rodrigues e Dr. Laudelino Gomes de Almeida, médicos, e o diretor do estabelecimento, Modesto de Mello Ribeiro (DANNEMANN, 2015a).

Ainda se tratando do prédio de 1917,

[...] o edifício foi erguido em terreno da municipalidade e, uma vez terminado, por imperativo legal, for doado ao governo do Estado por escritura pública de doação (livro 9 - páginas 21-3º ofício de notas - Belo Horizonte) lavrada a 27 de abril de 1916, assinando o Dr. Jacques Dias Maciel, pela Comissão Central Promotora da Construção, por procuração passada pelo delegado da Comissão, dr.

Marcolino Ferreira de Barros. Pelo público instrumento, o Estado recebeu o prédio construído, no valor de 55 contos de réis, situado no largo da Matriz. O prédio definitivo do grupo foi concluído apenas em 1933 (FONSECA, 1974, p. 144 *apud* FARIA, 2007, p. 147).

Ainda segundo Faria (2007), no andamento da instalação do grupo escolar em questão, não havia sido debatida a sua denominação, que então era denominado “Grupo Escolar de Patos”. Na solenidade de inauguração, o inspetor municipal, Mauricio Pottier Monteiro, encarregou-se da tarefa de sugerir o nome de “Marcolino de Barros”.

Utilizou-se por fim, da palavra o inspetor municipal que, por solicitação e traduzindo o pensamento de varios amigos, salientou o ardor com que se havia empenhado o Dr. Marcolino de Barros para a realização desse desejo, há muito alimentado pelo povo e que acabava de seconcretisar [sic], e lançou a idéia de ser dirigida ao governo do Estado, uma representação em que se solicite seja dada a denominação - Marcolino de Barros - a este grupo escolar, tendo como testemunho de reconhecimento e para que fique ligada a esta instituição a benemerencia de seu nome (TERMO DE INSTALAÇÃO. Grupo Escolar de Patos. 04 jun. 1917 *apud* FARIA, 2007, p. 148).

3.1.6 Eustáquio José da Silva, Paulina de Melo Porto, Cel. Osório Maciel e, em especial, Ricardo Rodrigues Marques

Estes outros três indivíduos, Eustáquio José da Silva, Paulina de Melo Porto e Cel. Osório Maciel, também se ligavam aos “Macieís” por parentesco ou afinidades políticas, mas aos quais o historiador se limita apenas a estabelecer neste trabalho as leis e os projetos de leis de denominação de seus respectivos grupos escolares sem entrar no mérito de suas biografias; um trabalho futuro possa elucidar tais questões.

A Lei n. 19.086, de 21/07/2010, dá denominação à escola estadual de ensino médio localizada no Povoado de Alagoas, no Município de Patos de Minas (MG). O Governador do Estado de Minas Gerais à época, Antônio Augusto Junho Anastasia (PSDB, PSD), usando da atribuição que lhe conferia, decretou: “Art. 1º Fica denominada Escola Estadual Eustáquio José da Silva a escola estadual de ensino médio localizada no Povoado de Alagoas, no Município de Patos de Minas” (MINAS GERAIS, 2010a). Tendo como o mesmo autor da Lei n. 19086, de 21/07/2010, o Projeto de Lei n. 4.487/2010 com a ementa: dá denominação à Escola Estadual a de Ensino Médio localizada no Povoado de Alagoas, no município de Patos de Minas. Previsto no “Art. 1º - Fica denominada Escola Estadual Eustáquio José da Silva, de Ensino Médio, a Escola Estadual de Ensino Médio localizada no Povoado de Alagoas, no Município de Patos de Minas” (MINAS GERAIS, 2010b).

A Lei n. 21.065, de 27/12/2013, dá denominação à escola estadual localizada no Município de Patos de Minas (MG). O Governador do Estado de Minas Gerais à época,

Antônio Augusto Junho Anastasia, usando da atribuição que lhe conferia, decretou: “Art. 1º Fica denominada Escola Estadual Professora Paulina de Melo Porto a escola estadual de ensino fundamental e médio localizada na Rua Almir da Silva Matos, nº 209, no Bairro Jardim Itamarati, no Município de Patos de Minas” (MINAS GERAIS, 2013a). Contudo, o Projeto de Lei n. 3.756/2013 do autor Deputado Hely Tarquínio (PV) previa, no artigo primeiro do Projeto de Lei já citado, denominar, a então Escola Estadual Professora Paulina de Melo Porto, como Escola Estadual Professor Ricardo Rodrigues Marques, o que sabemos não ter sido levado adiante devido à redação final da Lei n. 3.756/2013.

O desejo do Deputado Hely Tarquínio era, assim, como se segue: “fica denominada Professor Ricardo Rodrigues Marques a escola estadual localizada no Bairro Jardim Itamarati, no Município de Patos de Minas” (MINAS GERAIS, 2013b). Com a devida justificação:

O Professor Ricardo Rodrigues Marques nasceu em Carmo do Paranaíba, em 19 de dezembro de 1941. Aos 11 anos mudou-se para Patos de Minas, onde fez o ensino fundamental e o curso de contabilidade. Foi um dos líderes do movimento que culminou com a criação do colégio municipal, hoje Escola Estadual Prof. Zama Maciel, onde, concursado, lecionou português desde 1965. Assumiu a direção do Colégio Normal Alto Paranaíba e, em 1972 passou a lecionar também na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Patos de Minas. Durante 18 anos foi professor de Teoria da Literatura nessa Faculdade.

Em 1975 foi eleito para a cadeira 34 da Academia de Letras do Triângulo Mineiro.

Desde a instalação do Centro Universitário de Patos de Minas – Unipam – até outubro de 2008 ocupou o cargo de Pró-Reitor de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Em 1995 a Câmara Municipal de Patos de Minas lhe outorgou o título de Cidadão Honorário.

Foi casado com a professora Beatriz Gomes da Fonseca Marques, pai de três filhos e avô de cinco netos.

Faleceu em 30 de outubro de 2008 (MINAS GERAIS, 2013b).

O parecer da redação final do Projeto de Lei Nº 3756/2013 segue-se da seguinte forma:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

O Projeto de Lei nº 3.756/2013, de autoria do deputado Hely Tarquínio, que dá denominação à escola estadual localizada no Bairro Jardim Itamarati, no Município de Patos de Minas, foi aprovado em turno único, na forma do Substitutivo nº 1.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3756/2013

Dá denominação a escola estadual localizada no Município de Patos de Minas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica denominada Escola Estadual Professora Paulina de Melo Porto a escola estadual de ensino fundamental e médio localizada na Rua Almir da Silva Matos, nº 209, no Bairro Jardim Itamarati, no Município de Patos de Minas.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Sala das Comissões, 17 de dezembro de 2013.

Gilberto Abramo, presidente - Tiago Ulisses, relator - Lafayette de Andrada (MINAS GERAIS, 2013b).

Com a devida proposição de Lei:

Dá denominação a escola estadual localizada no Município de Patos de Minas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica denominada Escola Estadual Professora Paulina de Melo Porto a escola estadual de ensino fundamental e médio localizada na Rua Almir da Silva Matos, nº 209, no Bairro Jardim Itamarati, no Município de Patos de Minas.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 18 de dezembro de 2013.

Deputado Dinis Pinheiro – Presidente

Deputado Dilzon Melo - 1º-Secretário

Deputado Neider Moreira - 2º-Secretário (MINAS GERAIS, 2013b).

O Decreto n. 8.110, de 30/12/1964, cria o Grupo Escolar com a denominação de Cel. Osório Maciel, na cidade de Patos de Minas. O Governador do Estado de Minas Gerais à época, José de Magalhães Pinto, usando da atribuição que lhe conferia, decretou: “Art. 1º - Fica criado o Grupo Escolar Cel. Osório Maciel, à rua Duque de Caxias, na cidade de Patos de Minas” (PATOS DE MINAS, 1964c).

O Decreto n. 15974, de 28/12/1973, extingue o Curso Complementar anexo ao Grupo Escolar “Cel. Osório Maciel”, localizado em Patos de Minas, e dá outras

providências. O Governador do Estado de Minas Gerais à época, Rondon Pacheco, usando da atribuição que lhe conferia, decretou:

Art. 1º – Fica extinto o Curso Complementar anexo ao Grupo Escolar “Cel. Osório Maciel”, localizado no Município de Patos de Minas, sede.

Art. 2º – O instrumental aproveitável será utilizado no Grupo Escolar “Marcolino de Barros”, localizado no mesmo Município (MINAS GERAIS, 1973).

O historiador também não entrará nos méritos e motivos de tal extinção do Curso Complementar ao Grupo Escolar “Cel. Osório Maciel”, a passo que se despende um sem-número de pesquisa para tal, em que um trabalho à parte se faz necessário.

3.1.7 Considerações acerca das denominações da família Maciel e correligionários políticos

Podemos ver nestas páginas que se seguiram certas semelhanças no andamento das denominações dos Grupos Escolares: a primeira e óbvia delas é o fato de os envolvidos estarem ligados a uma teia de parentesco e de compromissos sem fim. Outro fato que salta aos olhos é o da maioria dos políticos envolvidos nos Projetos de Leis fazerem parte dos Partidos Políticos UDN (fundação: 07/04/1945, dissolução: 27/10/1965) e ARENA (fundação: 1965, registro: 04/04/1966, dissolução: 20/12/1979); um fato curioso que se segue com relação a ambos os partidos é a grande adesão de políticos que fizeram parte do UDN ao ARENA.

Podemos comentar, também, o fato de alguns desses homenageados terem recebido honrarias pelo simples fato de seus cônjuges serem da família Maciel, casos de Adelaide Maciel e Abner Afonso. Ao se ligarem ao portentoso clã macielista, tornaram-se figuras públicas de prestígio e de importância para o município aos olhos de muitos, mas suas contribuições ao seu desenvolvimento parecem ser limitadas. Assim como também Eustáquio José da Silva, Paulina de Melo Porto e Cel. Osório Maciel, sendo este de fato um macielista de nascença, filho do Cel. Antônio Dias Maciel e, portanto, irmão do ex-Presidente do Estado, Olegário Maciel, de quem foi ajudante de ordens. Citamos, em especial, o Professor Ricardo Rodrigues Marques — é digno de nota sua importância e feitos para o Município de Patos de Minas — que teve seu nome preterido pelo da Professora Paulina de Melo Porto na denominação da escola estadual localizada no Bairro Jardim Itamarati, no Município de Patos de Minas.

Outros, de modo diferente, se fizeram nomes públicos importantes e com diversas contribuições ao município. Podemos citar Zama Dias Maciel, Antônio Dias Maciel e Marcolino de Barros, figuras de impacto a partir de suas atribuições na vida política e social, moldando através dos tempos a cidade tal qual a conhecemos, em um sem-número de esforços para construir e trazer o desenvolvimento para a cidade, cada um a seu modo, mas sem nunca perder os laços que os uniam: o clã macielista.

3.2 FAMÍLIA BORGES, CORRELIGIONÁRIOS POLÍTICOS E SUAS RESPECTIVAS DENOMINAÇÕES EM INSTITUIÇÕES ESCOLARES

3.2.1 Deiró Eunápio Borges

O Projeto de Lei n. 1161/1985, do autor Deputado José Maria Vaz Borges (PMDB), teve como ementa: “dá a denominação de Escola Estadual Deiró Eunápio Borges à escola Estadual anexa à Casa das Meninas, do Município de Patos de Minas (MINAS GERAIS, 1985d). José Maria Borges foi deputado estadual de Minas Gerais durante a 10ª legislatura (1983 - 1987), pelo PMDB.

A Lei n. 8.880, de 09/07/1985, dá a denominação de Deiró Eunápio Borges à Escola Estadual anexa à Casa das Meninas, da cidade de Patos de Minas. O Governador do Estado de Minas Gerais à época, Hélio Carvalho Garcia (UDN, ARENA, PP, PMDB, PRS, PTB), usando da atribuição que lhe conferia, decretou: Art. 1º - Passa a denominar-se Deiró Eunápio Borges a Escola Estadual Anexa à Casa das Meninas, da Cidade de Patos de Minas (MINAS GERAIS, 1985b).

Segundo Borges Junior (1994), Deiró Eunápio Borges era filho de José Antônio Borges e de Serafina Corrêa Borges. Nasceu na cidade de Patos de Minas, em 20 de abril de 1880, onde faleceu em 24 de dezembro de 1942. É de nota percebermos que Deiró Eunápio Borges era filho de um dos primeiros Borges chegados em Patos, vindo de Formiga, que foi o Cap. José Antônio Borges. Coursou o primário na escola do professor Modesto de Mello Ribeiro e, em seguida, foi cursar humanidades em Diamantina, Mariana e Uberaba. Não abraçou nenhum curso superior e, em Patos de Minas, exerceu a profissão de comerciante. Era bastante religioso, católico praticante e vicentino, sendo um dos iniciadores do movimento para a construção da nova matriz. Deiró Eunápio Borges foi Vereador da Câmara Municipal em 1936. Na voz de seu filho Deiró Eunápio Borges, lemos que

[...] pela sua ponderação, equilíbrio e clarividência e, precipuamente, pelo seu apreço à lei e à justiça, tornou-se verdadeiro *condottiere*, alçado pelas forças mais representativas do município como orientador do Partido Político Popular de Patos que, em oposição à situação local, sempre nos moldes da maior elevação, atuou nos prélios eleitorais de nossa terra. Sereno, compreensivo, de uma energia branda mais perseverante, desfraldou a bandeira oposicionista que empunhou drapejando nos quadrantes do município, bandeira cujo dístico participaria do ideal romano “Legum servi sumus ut liberi esse possimus” (BORGES JUNIOR, 1994, p. 56-57).

O que se segue é o discurso de Deiró Eunápio Borges Junior, presente em seu livro de memórias, quando da inauguração do prédio próprio da Escola Deiró Eunápio Borges, anexa à Casa das Meninas:

Presente ao ato inaugural desta Escola Estadual Deiró Eunápio Borges, obra construída através de convênio entre a Prefeitura e o Estado, em virtude do amável convite extensivo à minha família, dos digníssimos senhores: Prefeito Municipal Dr. Antônio do Valle Ramos e Elhon Cruvinel, Presidente da Câmara, para participarmos das solenidades constantes do elenco de inaugurações programado para este 19 de outubro de 1991, natural e compreensível que, na condição de filho do patrono deste que ainda quase se pode dizer novel estabelecimento de ensino a Escola Deiró Eunápio Borges, criada anexa à Casa das Meninas, pela Lei nº 8.880, sancionada pelo então e hoje Governador do Estado, Dr. Hélio de Carvalho Garcia e emanada da Assembléia Legislativa, em decorrência de proposta apresentada pelo caríssimo primo então deputado José Maria Vaz Borges, por inspiração assaz generosa da prezadíssima professora, senhora Maria Inez Rubinger de Queiroz Rodrigues - natural e compreensível que, na condição de filho do patrono e sponte mea outorgando-me procuração, que sei será ratificada por meus irmãos e demais descendentes do patrono, incoercível impulso me faça dizer algo com palavras breves e canhestras, mas nascidas dos mais íntimos dos nossos corações, a propósito deste solene ato inauguratório.

[...]

Não poderíamos calar e aqui o expressamos *extotocorde*, nossa profunda e imorredoura gratidão ao caríssimo primo, deputado Dr. Bernardo Rubinger de Queiroz, por ter solicitado ao Governo anterior a construção deste magnífico prédio Escola Estadual Deiró Eunápio Borges e, ao que ouvi, com a coadjuvação de hoje vice-Governador do Estado, Dr. Arlindo Porto Neto.

A este ponto, permito-me, abstraindo-me de que se possa argüir de suspeito o que proclamo e constitui ato de estrita Justiça, que, por sua conduta particular e pública ilibadas, o patrono desta Escola fez jus à homenagem póstuma que se lhe tributou e tributa, seja com o se lhe ter dado o nome à Escola, seja pela construção deste prédio-próprio (BORGES JUNIOR, 1994, p. 161-162).

3.2.2 Dr. Paulo Borges

O Decreto n. 24.247, de 04/02/1985, cria escola de 1º grau na rede Estadual de ensino, em Patos de Minas. O Governador do Estado de Minas Gerais à época, Hélio Carvalho Garcia, usando da atribuição que lhe conferia, decretou:

Art. 1º – Fica criada a Escola Estadual Dr. Paulo Borges, 1º Grau (1ª à 8ª série), no Bairro Novo Horizonte, Município de Patos de Minas.

Art. 2º- A Escola de que trata o artigo anterior será instalada pela Secretaria de Estado da Educação.

Art. 3º – As despesas decorrentes deste Decreto correrão à conta de dotações orçamentárias próprias da Secretaria de Estado da Educação (MINAS GERAIS, 1985a).

A Lei Ordinária n. 2.022/1985 autoriza o executivo municipal a fazer doação de terreno ao Estado para edificação de prédio escolar. O prefeito à época, Arlindo Porto Neto, no PMDB, decretou:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a doar ao Estado de Minas Gerais a área de 5.318,55m²(cinco mil, trezentos e dezoito metros e cinquenta e cinco décimos quadrados) constituída de um terreno urbano, situado nesta cidade, no Bairro Nova Floresta 02, tendo 50,50 metros de frente para a 7ª.Alameda; 112,00 metros pelo lado direito, confrontando com sucessores da Imobiliária Tupi Ltda, 112,50metros pelo lado esquerdo, confrontando com Imobiliária Tupi Ltda, e 44,90 metros de fundos para a Rua Ermelindo Braz, inscrito no Cadastro Imobiliário Municipal sob o nº 29-15-0394-000-00, conforme escritura pública registrada no Cartório de Registro de Imóveis sob o nº R-2-12.248, Livro 2-AU. Parágrafo único. A presente doação se destina exclusivamente, a construção do prédio da Escola Estadual “Dr. Paulo Borges” (PATOS DE MINAS, 1985, p. 1).

Posteriormente, o Decreto n. 34.799, de 24/06/1993, cria o Ensino Médio em unidades estaduais de ensino e dá outras providências. O Governador à época, Hélio Carvalho Garcia, decretou:

Art. 1º – Fica criado o Ensino Médio – Ensino Geral, nas seguintes Unidades Estaduais de Ensino:

[...]

18ª DRE – Patos de Minas

Escola Estadual Dr. Paulo Borges, situada à Rua João Carlos da Cunha, nº 58, Bairro Nova Floresta, em Patos de Minas (MINAS GERAIS, 1993, p. 1).

Segundo Dannemann (2014a), Paulo Roberto Ferreira Borges, Dr. Paulo Borges, nasceu em Patos de Minas no dia 09 de janeiro de 1918, filho de Dr. João Borges e Maria Ferreira Borges. Viveu uma infância sem sobressaltos, iniciou os seus estudos no Grupo Escolar Marcolino de Barros, onde concluiu o Curso Primário. Iniciou o Curso Ginásial em São João D’El Rei e terminou no Colégio Arnaldo, em Belo Horizonte. Ao completar

o 2º Grau, prestou vestibular na UFMG, sendo aprovado e concluindo o Curso de Medicina em 1941. Já em 1948, eleva-se à condição de Pesquisador no Departamento de Microbiologia da Universidade de Yale, onde trabalhou no laboratório do Professor F. Duran-Reynolds, considerado um dos gênios do seu tempo.

De 1948 a 1949, tornou-se pesquisador adjunto do Laboratório Jackson Memorial. Em 1950, foi nomeado representante do Governo Brasileiro no V Congresso Internacional de Câncer, realizado em Paris, contudo não pôde atender o convite, visto não ter condições financeiras para custear a viagem. A mais ver, quatro anos depois foi designado representante americano no VI Congresso Internacional de Câncer, realizado na Capital de São Paulo. De 1954 a 1969, trabalhou como pesquisador associado da Universidade de Tufts e em 1960 realizou pesquisas oncológicas na mesma Escola de Medicina. Doutor Paulo Borges pertenceu às seguintes agremiações científicas: Sociedade de Biologia de Minas Gerais; Sociedade XI, nos Estados Unidos; Academia de Ciências de Nova York e Associação Americana de Combate ao Câncer. Seu nome foi incluído no “American Men of Sciences”, famoso livro de referências sobre cientistas. Por fim, acometido de câncer veio a falecer em 01 de fevereiro de 1980.

3.2.3 Abílio Caixeta de Queiroz

O Projeto de Lei n. 1162/1985, do autor Deputado José Maria Borges (PMDB) teve como ementa: “dá a denominação de Escola Estadual Abílio Caixeta de Queiroz à Escola Estadual do bairro Alvorada, no município de Patos de Minas” (MINAS GERAIS, 1985e).

A Lei n. 8.900, de 26/08/1985, dá a denominação de Abílio Caixeta de Queiroz à Escola Estadual do Bairro Alvorada, do Município de Patos de Minas. O Governador do Estado de Minas Gerais à época, Hélio Carvalho Garcia (UDN, ARENA, PP, PMDB, PRS, PTB), usando da atribuição que lhe conferia, decretou: “Art. 1º - Passa a denominar-se Abílio Caixeta de Queiroz a Escola Estadual do Bairro Alvorada, do Município de Patos de Minas” (MINAS GERAIS, 1985c).

Abílio Caixeta de Queiroz nasceu em 22 de novembro de 1866 na cidade de Patos de Minas. Foi fazendeiro, um dos mais ricos da região, era bastante religioso e, a partir disso, se aliou a Monsenhor Fleury na construção da nova Matriz, hoje a Catedral de Santo Antônio, localizada no centro da cidade. Outras obras foram o Seminário Pio XII, a antiga Vila Vicentina e algumas casas na Vila Padre Alaor. Em 18 de janeiro de 1959 veio a falecer. Foi um homem preocupado com os desamparados, nunca se casou (DANNEMANN, 2013a).

3.2.4 Afonso Queiroz

O Decreto n. 35.873, de 18/08/1994, altera a denominação da Escola Estadual Afonso Queiroz - 2º Grau, da Fazenda Canavial, de Patos de Minas. O Governador do Estado de Minas Gerais à época, Hélio Carvalho Garcia (em 1994 fazia parte do PTB), usando da atribuição que lhe conferia, decretou: Art. 1º - A Escola Estadual Afonso Queiroz - 2º Grau, da Fazenda Canavial, de Patos de Minas, com habilitação profissional

de Técnico em Agropecuária, passa a denominar se Escola Estadual Agrotécnica Afonso Queiroz (MINAS GERAIS, 1994).

Afonso Queiroz nasceu em Patrocínio em 16 de dezembro de 1898. Foi fazendeiro em Patos de Minas, Guarda Mor e Patrocínio. Fez parte do movimento dos Cascas Grossas, grupo recebido pelo presidente Getúlio Vargas, em 1943, no Rio de Janeiro, aonde foi solicitar às autoridades federais melhorias para nossa cidade. Foi o primeiro diretor-presidente da Cooperativa Mista Agropecuária de Patos de Minas, cidade em que faleceu aos 73 anos, no dia 1 de julho de 1972.

3.2.5 Arlindo Porto

O Decreto n. 42.309, de 30/01/2002, cria unidade estadual de ensino no Município de Patos de Minas. O Governador do Estado de Minas Gerais à época no PMDB, Itamar Franco (PTB, MDB, PMDB, PL, PRN, PPS), usando da atribuição que lhe conferia, decretou:

Art. 1º - Fica criada a Escola Estadual Arlindo Porto, de Ensino Médio, situada na Av. Geraldino Porto, nº 102, Distrito de Chumbo, no Município de Patos de Minas.

Art. 2º - A unidade escolar criada por este Decreto será autorizada a funcionar por ato da Secretaria de Estado da Educação, após comprovação de condições básicas materiais, de pessoal, de regimento escolar e de plano curricular (MINAS GERAIS, 2002).

Arlindo Porto é filho de Augusto Barbosa Porto e de Rita de Cássia Novais. Nasceu no distrito de Areado, em 12 de dezembro de 1899. O antigo distrito foi criado pela Lei n. 654, de 17 de junho de 1854, e incorporado ao município de Patos de Minas pela Lei n. 2.656, de 04/11/1880. Pela Lei n. 843, de 7/09/1923, passou a se chamar Chumbo. O início de sua vida escolar foi no Chumbo; em seguida foi realizar, no Instituto Gammon na cidade de Lavras (MG), o curso ginásial.

Casou-se em 1919 com D. Orieta Alves Porto, ficando viúvo dez anos depois. Casou-se pela segunda vez em 1930, com D. Aida Alves Porto, a qual veio a falecer um ano depois. Em 1932, o terceiro matrimônio se realizou com D. Dulce Alves Porto com quem viveu até 1973. Todas as esposas eram filhas de José Alves da Silva e Dona Dulcinea Augusta da Silva.

Muitos foram os filhos deixados: Dulcinea Porto de Queiroz, José Alves Porto (Zizico, pai de Arlindo Porto Neto), Augusto Porto Neto, Geraldino Alves Porto (ex-vereador de Patos de Minas), Eufrásio Alves Porto, Maria da Glória Porto Nunes, Leopoldo da Silva Porto (ex-deputado estadual) e Carlos Augusto Porto, entre noras, genros, netos e bisnetos.

Ao lado do pai, o Major Augusto Barbosa Porto (eleito vereador de 1922 a 1926), entrou na vida política no distrito do Chumbo. Foi liderança política no distrito mesmo após a morte do pai. Entre 1927 a 1930, foi eleito vereador à Câmara Municipal de Patos de Minas. No ano de 1932, foi nomeado membro do Conselho Consultivo Municipal,

onde sucedeu ao pai no mesmo órgão. Voltou como vereador novamente em 1936, através de eleições diretas. Exerceu a função de Escrivão de Paz naquele distrito, no período de 1922 a 1930. Participou juntamente com os companheiros na Revolução de 1930.

Na data de 1º de outubro de 1943, participou da missão patense denominada os “Casca-grossa”, que esperava desempenhar no Rio de Janeiro e Belo Horizonte, junto aos governos federal e estadual soluções para os problemas da região referentes a combustível e retenção da produção da região patense. Também fez parte do grupo que lutou pela solução definitiva do problema de eletricidade em Patos de Minas, que ao lado do prefeito Sebastião Alves do Nascimento e outros, conseguiu trazer para a região a CEMIG e ERMIG, beneficiando toda a região.

Mudou-se para Patos de Minas em 1949, vindo a assumir a gerência da Caixa Econômica Federal, onde permaneceu até o ano de 1970, quando se aposentou. Assumiu durante 15 anos a presidência do Partido Social Democrático (PSD), eleito por seus companheiros de partido. Arlindo Porto faleceu na data de 10 de fevereiro de 1973, vítima de enfarte do miocárdio, agravado com edema pulmonar.

3.2.6 Ilídio Caixeta de Melo

O Projeto de Lei n. 208/1987, do autor Deputado Bernardo Rubinger (PMDB), dá a denominação de Ilídio Caixeta de Melo à Escola Estadual de Vila Rosa, de Patos de Minas (MINAS GERAIS, 1987).

A Lei n. 10.089, de 28/12/1989, dá a denominação de Ilídio Caixeta de Melo à escola da Vila Santa Rosa, do Município de Patos de Minas. O Governador do Estado de Minas Gerais à época no MDB, Newton Cardoso, usando da atribuição que lhe conferia, decretou: “Art. 1º - Passa a denominar-se Ilídio Caixeta de Melo a Escola Estadual da Vila Santa Rosa, do Município de Patos de Minas” (MINAS GERAIS, 1989).

Aqui o historiador, como dito anteriormente, furta-se da biografia do homenageado por se fazer necessário um sem-número de pesquisas em fontes primárias em arquivos municipais e escolares; seria mais tempo para o desenvolvimento da pesquisa. O que não se descarta é um futuro trabalho que abarque tais questões.

3.2.7 Prof. Modesto de Mello Ribeiro

Criada pelo Decreto Lei n. 4.064, de 18/09/1953 (DANNEMANN, 2013c), a Escola Estadual Professor Modesto iniciou suas atividades na Rua Ataulpa Maciel, n. 265. Posteriormente, em 1958 passou a funcionar na Rua Araguari, n. 128, Bairro Rosário. Modesto de Mello Ribeiro nasceu em Patrocínio em 08 de agosto de 1871. Em 04 de agosto de 1891, foi nomeado pelo Governo do Estado professor da Escola Pública de Patos, para onde seguiu acompanhado dos pais e irmãos.

No livro de “Termos de juramentos e Posses”, da antiga Câmara, vemos que o professor Modesto foi o único mestre lançado no mesmo, assim:
“Juramento e posse de um professor

Aos vinte e nove dias do mês de setembro de 1891, nesta Vila de Santo Antônio dos Patos, em casa de residência do Major Jerônimo Dias Maciel, Presidente da Intendência desta Vila, aí compareceu o Cidadão Modesto de Mello Ribeiro e apresentando o seu título de Professor definitivo da cadeira de instrução primária deste lugar, datada de 04 de agosto do corrente ano, pedia que se lhe desse do referido emprego. Pelo dito Senhor Presidente lhe fora deferido o juramento dos Santos Evangelhos em um livro deles, em que declarou cumprir os deveres inerentes a seu cargo. Do que, para constar, lavrou-se este termo que vai assinado por todos. Eu, Francisco de Souza Maciel, Secretário, que o escrevi - Modesto de Mello Ribeiro” (DANNEMANN, 2013d).

Na data de 30 de abril de 1898, recebeu das mãos do primeiro presidente civil do Brasil, Prudente de Moraes, a patente de Capitão da 4ª Companhia do Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional da Comarca de Patos. Foi casado com Honorina Caixeta de Mello Ribeiro, essa, filha do Capitão João Gualberto de Amorim e Olympia Caixeta de Mello.

Segundo Dannemann (2013d), Modesto de Mello Ribeiro era um homem respeitado em Patos, respeito esse que gerou das mãos do inspetor Alceu de Souza Novais um relatório enviado ao Governo enaltecendo suas qualidades. Em grande parte, este relatório entre outros pode justificar a decisão do Governo em 1913 de transferir o professor Modesto para Patrocínio, transferência essa a pedido do Agente Executivo Cel. Honorato Borges. Essa transferência causou insatisfação na sociedade patense. Professor Modesto e sua família passaram dois anos em Patrocínio, pois o Agente executivo de Aptos da época, Marcolino de Barros, conseguiu com que Modesto voltasse a Patos em 08 de fevereiro de 1916, designado, portanto, a direção do Grupo Escolar que seria inaugurado em 04 de junho de 1917, onde permaneceu dez anos seguidos. Modesto de Mello Ribeiro, o professor Modesto, faleceu em 21 de setembro de 1929, aos 58 anos de idade.

Um caso curioso se estabelece aqui: Modesto de Mello Ribeiro não apenas se relacionava com a família Maciel e seus agregados políticos de forma ordeira e respeitosa, onde vimos, foi diretor da Grupo Escolar que viria a se denominar Escola Estadual Marcolino de Barros, trazido de volta a Patos pelo próprio Marcolino de Barros, mas como também era ligado à família Borges, visto que era casado com Honorina Caixeta de Mello Ribeiro, esta era irmã de João Gualberto de Amorim Junior, este próprio um dos assinantes da ata de criação do PPPP em 05 de outubro de 1924.

3.2.8 Considerações acerca das denominações de educandários da família Borges e correligionários políticos

As denominações escolares que compõem o circuito dos Borges e seus correligionários não fogem, por completo, ao escopo analisado da família Maciel. Uma intrincada teia de relações familiares, matrimoniais e políticas se faz presente. Vimos

uma grande participação político-social dos envolvidos aqui citados, à luz da lei de denominações de órgãos públicos onde se sugestionam pessoas que tenham se destacado por suas notórias qualidades e por relevantes serviços prestados à coletividade.

Neste aspecto, é possível diferenciar, por consequência, o intuito nas denominações escolares do Estado. Em um dos lados a força familiar proveniente do sobrenome “Maciel” bastava para indicar indivíduos para receber honrarias, sem muitas vezes se fazerem nomes relevantes à cena pública e contundente em serviços prestados à coletividade. Os Borges necessitavam de “algo mais”, o sobrenome com toda certeza era de grande importância, mas, devido a todas as atribuições envolvidas, a política e as relações de compadrio eram de fato o poderio que lhes restava. Os casamentos da forma como vimos em relação aos “Maciéis” não se faziam valer como tal moeda de troca, tampouco os Borges fossem grandes proprietários de terras que se valessem para galgar elevados degraus na cena patense da época.

Ao constar dos partidos políticos como já visto com os Maciéis que se fizeram valer das alianças partidárias à luz do UDN e da ARENA, os Borges e seus aliados políticos se faziam presente em sua maioria no PMDB.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tivemos a oportunidade de entrarmos em contato com a história de Patos de Minas, não apenas através de nomes conhecidos e importantes da cidade, mas também através das Instituições Escolares que levam seus nomes e a teia política envolta a elas. Mas, antes de tudo, compreendemos a importância da HIE: uma sociedade não está desassociada de forma alguma a essas instituições que se ligam por gerações de avôs e avós, filhos e filhas, netos e netas. Os casos singulares que se projetam a partir destes estudos revelam movimentos micro e macro dentro da sociedade local, estadual e, porque não, nacional.

Configuramos, no presente texto, as disputas das famílias Maciel e Borges pela dominância local através de disputas político-partidárias e ideológicas; antes disso, relatamos como se configuraram as relações familiares propriamente ditas: os Maciéis e os Borges se diferenciavam em diversos aspectos, mas no fim compartilham semelhanças. Os movimentos que fizeram foram fomentadores do desenvolvimento regional: Patos de Minas como a conhecemos hoje é fruto de tais contribuições, conflitos, relações de compadrio em outrora desafetos políticos, um sem-número de obras foram realizadas por estas famílias, homenagens foram feitas a torto e a direito, entre elas ruas e praças, mas sem se esquecer das denominações de Instituições Escolares que, talvez, fossem a menina dos olhos de tais honrarias. Algumas delas criticáveis, outras nem tanto.

Portanto, debater referidas denominações contribuiu para o desenvolvimento do aspecto crítico com relação a tais honrarias. É de extrema importância que a lei de denominação de órgãos públicos estaduais seja seguida com rigor e que aqueles que sejam indicados para ser homenageado façam parte ativa e útil da sociedade ao qual pertence e não apenas fruto de jogos políticos e gracejos distribuídos como forma de agradecimento em prol de uma família ou outra, em um jogo no qual, outrora, se disputou a glória nominal entre Maciel, Borges e de todos os seus correligionários políticos.

REFERÊNCIAS

- BERTONHA, V. C. C.; MACHADO, M. C. G. **A instituição escolar como fonte da história da educação**: um estudo preliminar. Universidade Estadual de Maringá, p. 1-10, set. 2008. Disponível em: http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2008/pdf/c007.pdf. Acesso em: 05 nov. 2022.
- BORGES JUNIOR, D. E. **De Deiró a Deiró**: memórias de um menino de recados. Belo Horizonte: Cuatiara, 1994.
- BRITTO, L. M. T. de S.; COLAU, C. M.; WERLE, F. O. C. Espaço escolar e histórias das instituições escolares. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 7, n. 22, p. 147-163, set./dez. 2007. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-416X2007000300010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 05 nov. 2022.
- DANNEMANN, E. T. 25 anos do Grupo Escolar Marcolino de Barros. **EFECADPATOS**, 2015a. Disponível em: <https://efecadpatos.com.br/?p=10989>. Acesso em: 22 out. 2022.
- DANNEMANN, E. T. Abílio Caixeta de Queiroz. **EFECADPATOS**, 2013a. Disponível em: <https://efecadpatos.com.br/?p=1556>. Acesso em: 26 out. 2022.
- DANNEMANN, E. T. Cinquentenário da Escola Normal. **EFECADPATOS**, 2020. Disponível em: <https://efecadpatos.com.br/?p=34674>. Acesso em: 23 out. 2022.
- DANNEMANN, E. T. Como foi a eleição de Arlindo Porto Neto. **EFECADPATOS**, 2015b. Disponível em: <https://efecadpatos.com.br/?p=12365>. Acesso em: 27 out. 2022.
- DANNEMANN, E. T. Como foi a eleição de Waldemar da Rocha Filho. **EFECADPATOS**, 2015c. Disponível em: <https://efecadpatos.com.br/?p=12172>. Acesso em: 22 out. 2022.
- DANNEMANN, E. T. Escola Estadual Adelaide Maciel. **EFECADPATOS**, 2013b. Disponível em: <https://efecadpatos.com.br/?p=2241>. Acesso em: 21 out. 2022.
- DANNEMANN, E. T. Escola Estadual Professor Modesto. **EFECADPATOS**, 2013c. Disponível em <https://efecadpatos.com.br/?p=1807>. Acesso em: 05 nov. 2022.
- DANNEMANN, E. T. Grupo Escolar Marcolino de Barros em 1933. **EFECADPATOS**, 2017a. Disponível em: <https://efecadpatos.com.br/?p=22196>. Acesso em: 22 out. 2022.
- DANNEMANN, E. T. Jerônimo Dias Maciel: nosso primeiro prefeito. **EFECADPATOS**, 2017b. Disponível em: <https://efecadpatos.com.br/?p=24922>. Acesso em: 16 set. 2022.

DANNEMANN, E. T. José Afonso Queiroz - 13º Presidente da Recreativa. **EFECADEPATOS**, 2022. Disponível em: <https://efecadepatos.com.br/?p=38688>. Acesso em: 26 out. 2022.

DANNEMANN, E. T. Modesto de Mello Ribeiro. **EFECADEPATOS**, 2013d. Disponível em <https://efecadepatos.com.br/?p=1811>. Acesso em: 05 nov. 2022.

DANNEMANN, E. T. Paulo Roberto Ferreira Borges: falecimento. **EFECADEPATOS**, 2014a. Disponível em: <https://efecadepatos.com.br/?p=7492>. Acesso em: 05 nov. 2022.

DANNEMANN, E. T. Sebastião Alves do Nascimento. **EFECADEPATOS**, 2014b. Disponível em: <https://efecadepatos.com.br/?p=9920>. Acesso em: 23 out. 2022.

DANNEMANN, E. T. Zama Maciel. **EFECADEPATOS**, 2018. Disponível em: <https://efecadepatos.com.br/?p=25680>. Acesso em: 22 out. 2022.

FARIA, R. A. L. de. **Da educação moderna à formação do cidadão republicano: implantação da escola pública em Patos de Minas, MG (Grupo Escolar Marcolino de Barros, 1913-1928)**. 2007. 184 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação (FACED), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/14078>.

FAUSTO, B. A Primeira República: 1889-1930. In: FAUSTO, B. **História do Brasil**. 14. ed. São Paulo: EDUSP - Editora da Universidade de São Paulo, 2019. cap. 6, p. 209-280.

FERNANDES, N. A. Origem e desenvolvimento de Patos de Minas (1826-1955). In: FERNANDES, N. A. **A história da Diocese de Patos de Minas: antecedentes históricos, preparação, criação e primeiro episcopado (1866-1968)**. Patos de Minas: Edição do autor - Prefixo Editorial: 912739, 2012. cap. 2, p. 120-217.

GLOSSÁRIO Eleitoral desta semana explica o significado da expressão “voto de cabresto”: Serviço disponibilizado no Portal do TSE esclarece principais termos utilizados na Justiça Eleitoral. **Tribunal Superior Eleitoral**, 2021a. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2021/Janeiro/glossario-eleitoral-desta-semana-explica-o-significado-da-expressao-voto-de-cabresto>. Acesso em: 19 set. 2022.

GLOSSÁRIO explica o que era a eleição a bico de pena: Voto era passível de fraude e havia manipulação dos resultados. **Tribunal Superior Eleitoral**, 2021b. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2021/Novembro/glossario-explica-o-que-era-a-eleicao-a-bico-de-pena>. Acesso em: 19 set. 2022.

JANOTTI, M. de L. M. **O Coronelismo: uma política de compromissos**. 8. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992. ISBN 85-11-02013-6.

MINAS GERAIS. **Decreto 15.974, de 28/12/1973**. Extingue o curso complementar anexo ao Grupo Escolar cel. Osório Maciel, localizado em Patos de Minas, e dá outras providências. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, [1973]. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=15974&comp=&ano=1973>. Acesso em: 12 set. 2022.

MINAS GERAIS. **Decreto 24.247, de 04/02/1985**. Cria escola de 1º grau na rede estadual de ensino, em Patos de Minas. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, [1985a]. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=24247&comp=&ano=1985>. Acesso em: 05 nov. 2022.

MINAS GERAIS. **Decreto 34.799, de 24/06/1993**. Cria o ensino médio em unidades estaduais de ensino e dá outras providências. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, [1993]. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?num=34799&ano=1993&tipo=DEC>. Acesso em: 05 nov. 2022.

MINAS GERAIS. **Decreto 35.873, de 18/08/1994**. Altera a denominação da escola estadual Afonso Queiroz - 2º grau, da Fazenda Canavial, de Patos de Minas. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, [1994]. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=35873&comp=&ano=1994>. Acesso em: 12 set. 2022.

MINAS GERAIS. **Decreto 42.309, de 30/01/2002**. Cria unidade estadual de ensino no Município de Patos de Minas. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, [2002]. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=42309&comp=&ano=2002>. Acesso em: 12 set. 2022.

MINAS GERAIS. **Decreto 7.619, de 21/05/1964**. Cria um grupo escolar com a denominação de Adelaide Maciel, na cidade de Patos de Minas. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, [1964a]. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=7619&comp=&ano=1964>. Acesso em: 12 set. 2022.

MINAS GERAIS. **Decreto 8.109, de 30/12/1964**. Cria um grupo escolar com a denominação de Abner Afonso, na cidade de Patos de Minas. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, [1964b]. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=8109&comp=&ano=1964>. Acesso em: 12 set. 2022.

MINAS GERAIS. **Decreto 8110, de 30/12/1964**. Cria um grupo escolar com a denominação de Cel. Osório Maciel, à Rua Duque de Caxias, na cidade de Patos de Minas. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, [1964c]. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=8110&comp=&ano=1964>. Acesso em: 12 set. 2022.

MINAS GERAIS. **Lei 10.089, de 28/12/1989**. Dá a denominação de Ilídio Caixeta de Melo à Escola Estadual da Vila Santa Rosa, do Município de Patos de Minas. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, [1989]. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=lei&num=10089&comp=&ano=1989>. Acesso em: 12 set. 2022.

MINAS GERAIS. **Lei 13.408, de 21/12/1999**. Dispõe sobre a denominação de estabelecimento, instituição e próprio público do Estado e dá outras providências. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, [1999]. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=13408&comp=&ano=1999>. Acesso em: 26 out. 2022.

MINAS GERAIS. **Lei 19.086, de 21/07/2010**. Dá denominação a escola estadual de ensino médio localizada no povoado de Alagoas, no Município de Patos de Minas. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, [2010a]. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?ano=2010&num=19086&tipo=LEI>. Acesso em: 12 set. 2022.

MINAS GERAIS. **Lei 21.065, de 27/12/2013**. Dá denominação a escola estadual localizada no Município de Patos de Minas. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, [2013a]. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=21065&comp=&ano=2013>. Acesso em: 12 set. 2022.

MINAS GERAIS. **Lei 4.761, de 14/05/1968**. Dá a denominação de “Professor Antônio Dias Maciel” ao Ginásio e Escola Normal Oficial de Patos de Minas. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, [1968]. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?ano=1968&num=4761&tipo=LEI>. Acesso em: 12 set. 2022.

MINAS GERAIS. **Lei 5.743, de 08/07/1971**. Dá a denominação de “Professor Zama Maciel” ao Colégio Estadual de Patos de Minas. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, [1971a]. Disponível em: https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=5743&comp=&ano=1971&aba=js_textoOriginal#texto. Acesso em: 12 set. 2022.

MINAS GERAIS. **Lei 8.880, de 09/07/1985**. Dá a denominação de Deiró Eunápio Borges à Escola Estadual anexa à Casa das Meninas, da cidade de Patos de Minas. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, [1985b]. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?ano=1985&num=8880&tipo=LEI>. Acesso em: 12 set. 2022.

MINAS GERAIS. **Lei 8900, de 26/08/1985**. Dá a denominação de Abílio Caixeta de Queiroz à Escola Estadual do Bairro Alvorada, do Município de Patos de Minas. Belo

Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, [1985c]. Disponível em:
<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?ano=1985&num=8900&tipo=LEI>. Acesso em: 23 out. 2022.

MINAS GERAIS. **PL 1.161/1985** - projeto de lei. Dá a denominação de Escola Estadual Deiró Eunápio Borges à Escola Estadual anexa à Casa das Meninas, do Município de Patos de Minas. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, [1985d]. Disponível em: https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/interna.html?a=1985&n=1161&t=PL&aba=js_tabVisao. Acesso em: 12 set. 2022.

MINAS GERAIS. **PL 1.162/1985**. Dá a denominação de Escola Estadual Abílio Caixeta de Queiroz à Escola Estadual do Bairro Alvorada, no Município de Patos de Minas. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, [1985e]. Disponível em: https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/interna.html?a=1985&n=1162&t=PL&aba=js_tabVisao. Acesso em: 12 set. 2022.

MINAS GERAIS. **PL 126/1971**. Dá a denominação de Colégio Estadual Professor Zama Maciel ao Colégio Estadual de Patos de Minas. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, [1971b]. Disponível em: https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/interna.html?a=1971&n=126&t=PL&aba=js_tabVisao. Acesso em: 12 set. 2022.

MINAS GERAIS. **PL 208/1987**. Dá a denominação de Ilídio Caixeta de Melo à Escola Estadual de Vila Rosa, de Patos de Minas. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, [1987]. Disponível em: https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/interna.html?a=1987&n=208&t=PL. Disponível em: 12 set. 2022.

MINAS GERAIS. **PL 3.756/2013**. Dá denominação à Escola Estadual localizada no Bairro Jardim Itamarati, no Município de Patos de Minas. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, [2013b]. Disponível em: https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/interna.html?a=2013&n=3756&t=PL&aba=js_tabDocs. Acesso em: 12 set. 2022.

MINAS GERAIS. **PL 392/1967**. Dá a denominação de “Professor Antônio Dias Maciel” ao Ginásio e Escola Normal Oficial de Patos de Minas. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, [1967]. Disponível em: https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/interna.html?a=1967&n=392&t=PL. Acesso em: 12 set. 2022.

MINAS GERAIS. **PL 4.487/ 2010**. Dá denominação à Escola Estadual de ensino médio localizada no povoado de Alagoas, no Município de Patos de Minas. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, [2010b]. Disponível em: https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/interna.html?a=2010&n=4487&t=PL&aba=js_tabVisao. Acesso em: 12 set. 2022.

PATOS DE MINAS. **Lei Ordinária 1.502/1976**. Autoriza doação de imóvel ao estado de Minas Gerais, destinado à construção da Escola Estadual Adelaide Maciel. Patos de Minas: Leis Municipais, [1976]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/p/patos-de-minas/lei-ordinaria/1976/151/1502/lei-ordinaria-n-1502-1976-autoriza-doacao-de-imovel-ao-estado-de-minas-gerais-destinado-a-construcao-da-escola-estadual-adelaide-maciel?q=1502+1976>. Acesso em: 12 set. 2022.

PATOS DE MINAS. **Lei Ordinária 2.022/1985**. Autoriza o Executivo Municipal a fazer doação de terreno ao Estado para edificação de prédio escolar. Patos de Minas: Leis Municipais, [1985]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/p/patos-de-minas/lei-ordinaria/1985/203/2022/lei-ordinaria-n-2022-1985-autoriza-o-executivo-municipal-a-fazer%E2%80%A6>. Acesso em: 12 set. 2022.

PATOS DE MINAS. **Requerimento nº 8/59**. Comunicação pessoal do Presidente ao Vereador Dr. Zama Maciel. Patos de Minas: Câmara Municipal de Patos de Minas, [1959].

SANFELICE, J. L. História e historiografia de instituições escolares. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 35, p. 192-200, set. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rho.v9i35.8639622>. Acesso em: 05 nov. 2022.

SANFELICE, J. L. História, instituições escolares e gestores educacionais. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p. 20-27, ago. 2006. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4912/art4_22e.pdf. Acesso em: 05 nov. 2022.

SILVA, R. M. F. da. **A República dos Patos ou a construção da cidade republicana no sertão das Geraes**: representação, memórias e conflitos. Cidade de Patos, 1889-1933. 2015. 430 p. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-graduação em História, Instituto de História (INHIS), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/18190>.

WERLE, F. O. C. História das instituições escolares. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 3, p. 109-120, jan./dez. 2004. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/369>. Acesso em: 05 nov. 2022.